

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.910	37.459	349.654	167.889
Títulos a receber	6	736	326		
Concessionárias	5	74.115	76.898	75.232	77.838
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	424	617	424	6.773
Outros tributos compensáveis	8	7.724	2.361	9.985	2.518
Dividendos a receber	11	29.128	10.102		
Prêmio de risco - GSF	12	2.702	2.701	2.750	2.749
Rendas a receber	7			5.217	2.927
Outros créditos	13	48	8	8.765	8.046
Total do Ativo Circulante		208.787	130.472	452.027	268.740
Não circulante					
Títulos a receber	6	8.140	7.855		
Prêmio de risco - GSF	12	14.183	16.884	14.435	17.184
Outros créditos	13	260	265	2.338	1.769
		22.583	25.004	16.773	18.953
Investimentos	14	994.132	982.211		
Imobilizado	15	761	788	954.061	983.980
Intangível	16	203.175	219.081	517.237	551.734
		1.198.068	1.202.080	1.471.298	1.535.714
Total do Ativo Não circulante		1.220.651	1.227.084	1.488.071	1.554.667
TOTAL DO ATIVO					
		1.429.438	1.357.556	1.940.098	1.823.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24	749.958	716.237	817.325	757.362
Custo do serviço de energia elétrica	25	(134.322)	(19.380)	(131.932)	(19.463)
Custo de operação		(154.598)	(86.168)	(64.533)	(60.462)
		(288.920)	(105.548)	(196.465)	(79.925)
Lucro bruto		461.038	610.689	620.860	677.437
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(47.959)	(44.222)	(58.255)	(53.608)
Outras despesas e receitas operacionais		(3)	(321)	(33)	(397)
		(47.962)	(44.543)	(58.288)	(54.005)
Resultado das participações societárias					
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	14	80.560	20.131		
		493.636	586.277	562.572	623.432
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	26	11.613	7.218	33.003	11.382
Despesas financeiras		(59.987)	(21.020)	(89.390)	(50.197)
		(48.374)	(13.802)	(56.387)	(38.815)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		445.262	572.475	506.185	584.617
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(134.653)	(147.060)	(167.903)	(158.878)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		217	(48.338)	2.340	(41.217)
		(134.436)	(195.398)	(165.563)	(200.095)
Lucro líquido do exercício		310.826	377.077	340.622	384.522
Atribuível aos acionistas controladores		310.826	377.077	310.826	377.077
Atribuível aos acionistas não controladores				29.796	7.445
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)	28				
ON		1,28264	1,55602	1,28264	1,55602
PNA		1,89315	2,29666	1,89315	2,29666
PNB		1,28264	1,55604	1,28264	1,55604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício		310.826	377.077	340.622	384.522
Outros resultados abrangentes	23.4				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuais - Benefícios pós-emprego				347	412
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		167	199	(118)	(140)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				229	272
		167	199		
Resultado abrangente do exercício		310.993	377.276	340.851	384.794
Atribuível aos acionistas controladores		310.993	377.276	310.993	377.276
Atribuível aos acionistas não controladores				29.858	7.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Geração do valor adicionado	854.875	950.765	936.642	999.890	
Receita operacional	854.843	815.253	929.459	860.393	
Receita relativa à construção de ativos próprios	32	135.512	7.165	139.468	
Outras receitas			18	29	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(152.094)	(175.318)	(171.668)	(191.686)	
Custos da energia comprada	(83.379)	(113.468)	(80.185)	(112.768)	
Encargos de uso da rede elétrica	(64.604)	(57.141)	(65.497)	(57.932)	
Materiais	(13)	(39)	(3.581)	(3.385)	
Serviços de terceiros	(1.230)	(1.604)	(16.835)	(12.885)	
Outros custos operacionais	(2.868)	(3.066)	(5.570)	(4.716)	
Valor adicionado bruto	702.781	775.447	764.974	808.204	
Retenções					
Depreciações e amortizações	(44.735)	(39.198)	(86.213)	(78.753)	
Valor adicionado líquido produzido	658.046	736.249	678.761	729.451	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	15.545	8.775	38.042	13.182	
Resultado da equivalência patrimonial	80.560	20.131			
Valor adicionado total a distribuir	754.151	765.155	716.803	742.633	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	1.990	1.686	14.866	13.772	
Benefícios	413	352	3.194	3.076	
FGTS	92	364	1.031	1.160	
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	211.550	268.814	266.977	288.397	
Estaduais	2	862	412	1.259	
Municipais		12	79	86	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	59.987	21.020	89.390	50.197	
Aluguéis	169.291	94.968	232	164	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio	32.583	22.864	32.583	22.864	
Participações dos não controladores			29.796	7.445	
Dividendos	144.025	204.519	144.025	204.519	
Partes beneficiárias	31.082	37.708	31.082	37.708	
	651.015	653.169	613.667	630.647	
Lucros retidos	103.136	111.986	103.136	111.986	
	754.151	765.155	716.803	742.633	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	
1 Contexto operacional	
A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	
1.1 Concessão	
A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 32,1 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWm. Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando dos antigos 526,6 MWm para os atuais 505,1 MWm, a partir de 1º de janeiro de 2018. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877,660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais têm compromissos. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Em 12 de agosto de 2021 foi publicada a REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021.	

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	28.166	21.067	20.146	17.271
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	105.149	117.015	110.780	117.015
Outros tributos a recolher	8	12.665	9.501	24.460	14.171
Dividendos	11	202.803	167.661	216.389	174.186
Debêntures	18	5.228	152.086	5.228	152.086
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			10.879	3.705
Benefícios pós-emprego	20			44	50
Uso do bem público	21			8.224	7.727
Provisões	22			6.434	6.424
Outras contas a pagar	13	4.866	10.134	8.203	13.444
Total do Passivo Circulante		358.877	477.464	410.787	506.079
Não circulante					
Tributos diferidos	9	28.597	28.816	44.568	46.788
Debêntures	18	349.210	149.507	349.210	149.507
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			92.078	88.856
Benefícios pós-emprego	20			1.121	1.284
Uso do bem público	21			68.578	58.370
Provisões	22	479	450	18.783	22.561
Outras contas a pagar	13	1.226	1.587	2.468	3.808
Total do Passivo Não circulante		379.512	180.360	576.806	371.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	104.508	113.358	104.508	113.358
Outros resultados abrangentes	23.4	470	303	470	303
Total do Patrimônio líquido		691.049	699.732	691.049	699.732
Participações não controladores				261.456	246.422
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		691.049	699.732	952.505	946.154
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.429.438	1.357.556	1.940.098	1.823.407
nte das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		445.262	572.475	506.185	584.617
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.257)	(782)		
Depreciações e amortizações		44.735	39.198	85.931	78.495
Direito de Concessão - GSF			(135.476)	(3.269)	(135.476)
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		56.928	19.158	75.717	28.841
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				6.773	13.913
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		38	843	4.328	3.661
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				1.346	2.423
Resultado de participações societárias		(80.560)	(20.131)		
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.700	2.701	2.700	2.748
Outros		5.158	3.755	5.011	3.892
		473.004	481.741	684.722	583.114
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		2.783	(14.096)	2.606	(13.748)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		68		68	
Outros tributos compensáveis		(32.689)	(24.784)	(36.934)	(25.724)
Rendas a receber				(2.289)	3.214
Outros ativos operacionais		(35)	829	(1.212)	119
		(29.873)	(38.051)	(37.761)	(36.139)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		7.099	(2.984)	2.874	(4.695)
Outros tributos a recolher		28.180	24.049	34.371	28.685
Provisões		(9)	(833)	(9.442)	(5.790)
Uso do bem público				(7.795)	(6.587)
Outros passivos operacionais		(8.778)	(1.534)	(9.476)	(1.751)
		26.492	18.698	10.532	9.862
Caixa proveniente das atividades operacionais		469.623	462.388	657.493	556.837
Imposto de renda e contribuição social pagos		(145.620)	(101.547)	(171.898)	(115.396)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		324.003	360.841	485.595	441.441
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		15.916	19.638		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(32)	(36)	(6.270)	(3.992)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		15.884	19.602	(6.270)	(3.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Títulos recebidos		433	521		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(279.647)	(358.447)	(285.512)	(365.705)
Captação de empréstimos e financiamentos		199.370	149.392	199.370	149.392
Pagamentos de encargos de dívidas		(203.453)	(167.267)	(211.032)	(174.353)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(139)	(133)	(386)	(396)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	30.1	(283.436)	(375.934)	(297.560)	(391.062)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		56.451	4.509	181.765	46.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93.910	37.459	349.654	167.889
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.459	32.950	167.889	121.502
		56.451	4.509	181.765	46.387

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2022 89% (92% em 2021) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custos de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronuncia-mento	01/01/2022
2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2024
	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000.000,00	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro

Para mais informações sobre a captação, vide nota 18.

3.2 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MW para 479,9MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.613	2.626	23.547	3.545
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	92.297	34.833	326.107	164.344
Total	93.910	37.459	349.654	167.889

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados as taxas que variam entre 102,50% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	5.1	70.413	67.677	71.338
Energia de curto prazo		304	6.247	417
Encargos de uso da rede elétrica		3.366	2.974	3.445
Outros créditos		32	2.974	32
Total		74.115	76.898	75.232
				77.838

Os saldos são totalmente vinculados e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impactos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização

de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram materiais e controláveis.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação do exercício no montante de R\$2.736 na controladora e R\$2.963 no consolidado decorre substancialmente do reajuste anual de preços dos contratos, quando comparado com dezembro de 2021.

6 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
6.1	736	326	16.740	17.124
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"				
Total	736	326	8.600	(9.269)
			8.140	7.855

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 19.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.876 (R\$8.181 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Paulista Lajeado	14.106	7.913
CEB Lajeado	15.458	8.672

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vinculados e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber no consolidado, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 24), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) aumento do IPCA realizado em relação ao projetado de 7,15 p.p. para o exercício de 2021; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2022 em relação ao exercício anterior de 1,1 p.p.

8 Impostos e contribuições sociais

	Controladora					
	Saldo em	Atualização		Adiantamentos /	Compensação	Transfe-
Nota	31/12/2021	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos
						rência
	31/12/2021					31/12/2022

Ativos compensáveis

Imposto de renda e contribuição social a compensar	617	(68)	15	25.411	(398)	(25.153)	424
Total Circulante	617	-	(68)	15	25.411	(398)	424
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	-	29.701				(29.535)	166
IRRF sobre aplicações financeiras	495	2.988				(1.220)	2.263
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	1.840	5.270			(1.840)	5.270
Outros	26					(1)	25
Total Circulante	2.361	37.959	-	-	-	(32.596)	7.724

Passivos a recolher

Imposto de renda e contribuição social a recolher	117.015	134.653	-	1.904	(120.209)	(28.214)	105.149
Total Circulante	117.015	134.653	-	1.904	(120.209)	-	105.149
Outros tributos a recolher							
ICMS	-	210			(205)		5
PIS e COFINS	6.035	82.989		30	(51.403)	(398)	(29.535)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	221			(199)		41
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	3.430	4.887		(3.430)		4.887
Encargos com pessoal	17	186			(189)		14
Total Circulante	9.501	88.493	-	30	(55.426)	(398)	(29.535)
							12.665

	Consolidado					
	Saldo em	Atualização		Adiantamentos /	Compensação	Transfe-
Nota	31/12/2021	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	de tributos
						rência
	31/12/2021					31/12/2022

Ativos compensáveis

Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.773	(68)	249	50.656	(6.893)	(50.293)	424
Total Circulante	6.773	-	(68)	249	50.656	(6.893)	424
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	-	31.517				(30.510)	1.007
IRRF sobre aplicações financeiras	652	5.698				(2.667)	3.683
IRRF sobre juros s/ capital próprio	1.840	5.270				(1.840)	5.270
Outros	26					(1)	25
Total Circulante	2.518	42.485	-	-	-	(35.018)	9.985

Passivos a recolher

Imposto de renda e contribuição social a recolher	117.015	167.903	-	1.904	(121.242)	(54.800)	110.780
Total Circulante	117.015	167.903	-	1.904	(121.242)	-	110.780
Outros tributos a recolher							
ICMS	62	504			(417)		160
PIS e COFINS	7.045	106.652		30	(69.813)	(3.745)	(30.511)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	105	1.163			(1.038)		230
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1	6.580	13.975	(2)	(3.430)	(3.148)	13.975
Encargos com pessoal	379	4.265			(4.196)		437
Outros	-	14.384			(14.384)		-
Total Circulante	14.171	140.943	(2)	30	(93.278)	(6.893)	(30.511)
							24.460

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) são compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são relativos aos JSCPs deliberados no exercício de 2021, sendo integralmente liquidados em janeiro de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$5.270 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

9 Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Passivo	Passivo	Passivo	Passivo
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nota				

PIS e COFINS				
Imposto de renda e contribuição social	9.1	28.597	28.814	44.549
Total		28.597	28.814	44.568

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contanto o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$16.885 (R\$19.585 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado de R\$17.185 (R\$19.933 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.701 (R\$1.351 em 2021) e no Consolidado de R\$2.749 (R\$1.375 em 2021).

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo								
Serviços em curso					64	62	528	501
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10							25
Estoque	13.1				7.782	7.546	1.807	1.235
Depósitos judiciais			257	257			3	8
Outros	48	8	3	8	919	438	3	8
Total	48	8	260	265	8.765	8.046	2.338	1.769
Outras contas a pagar - Passivo								
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			432	785		921	1.782
Arrendamentos e alugueis		143	124	793	341	367	1.545	2.026
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	166	159		2.759	2.780		
Encargos Setoriais	13.3	4.542	9.837		4.605	9.903		
Outros		15	14	1	498	394		
Total	4.866	10.134	1.226	1.587	8.203	13.444	2.468	3.808

13.1 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 15) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

13.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.3 Encargos setoriais

Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.605 (R\$9.903 em 31 de dezembro de 2021), R\$895 (R\$5.893 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em			Atualização		Saldo em
	Nota	31/12/2022	Adição	Monetária	Pagamentos	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	13.4	5.882	6.972	350	(12.322)	882
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		3.776	16.611		(16.913)	3.474
Outros encargos		179	2.229		(2.222)	186
Total		9.837	25.812	350	(31.457)	4.542

13.4 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Controlada, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seu respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse da Controlada destinado à CDE é de 30%.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				% Participação direta	
	Saldo em	Amorti-	Equivalência	Dividendos /	Saldo em	
	Nota	31/12/2021	zações	patrimonial	JSCP	31/12/2022
Investimentos						
Investco		666.253		80.560	(40.083)	167
Direito de Concessão	14.1.1	315.958 (28.723)				706.897
Total		982.211 (28.723)	80.560	(40.083)	167	73

14.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPD 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).

14.2 Participação direta do investimento

	Investco	
	31/12/2022	31/12/2021
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	293.608	293.608
Preferenciais	197.007	197.007
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	62.39	62.39
Capital votante	73.00	73.00
Ativos totais	1.269.669	1.158.301
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	301.314	245.624
Patrimônio líquido	968.355	912.677
Receitas	220.962	126.818
Resultado líquido do exercício	110.356	27.576

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento

	Investco	
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	912.677	909.301
Distribuição de dividendos aos acionistas	(54.907)	(24.472)
Lucro líquido do período	110.356	27.576
Outros resultados abrangentes	229	272
Patrimônio líquido - Saldo final	968.355	912.677
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	706.898	666.252
Direito de concessão	287.235	315.958
Saldo contábil do investimento na Controladora	994.133	982.210

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

15.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	Taxas anuais	31/12/2022	Taxas anuais	31/12/2021	Taxas anuais	31/12/2022	Taxas anuais	31/12/2021
	médias de	Custo Depreciação	Valor	médias de	Custo Depreciação	Valor	médias de	Custo Depreciação
depreciação %	histórico	acumulada	líquido	depreciação %	histórico	acumulada	depreciação %	histórico

Imobilizado em serviço								
Administração								
Móveis e utensílios	6,25	58	(58)	-	6,25	58	(58)	-
Total do Imobilizado em serviço	58	(58)	-	58	(58)	-	58	(58)

Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)

Edificações, obras civis e benfeitorias	8,69	894	(133)	761	8,33	847	(59)	788
Total Ativos de direito de uso	894	(133)	761	847	(59)	788	847	(59)
Total do Imobilizado	952	(191)	761	905	(117)	788	905	(117)

	Consolidado							
	Taxas anuais	31/12/2022	Taxas anuais	31/12/2021	Taxas anuais	31/12/2022	Taxas anuais	31/12/2021
	médias de	Custo Depreciação	Valor	médias de	Custo Depreciação	Valor	médias de	Custo Depreciação
depreciação %	histórico	acumulada	líquido	depreciação %	histórico	acumulada	depreciação %	histórico

Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(277.059)	418.973	2,00	696.032	(263.139)	432.893
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(156.812)	177.559	2,23	334.371	(149.361)	185.010
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(232.599)	203.542	3,12	436.141	(219.171)	216.970
Veículos	14,29	598	(58)	40	14,29	598	(511)	87
Móveis e utensílios	7,17	1.002	(266)	736	7,17	867	(180)	687
	1.585.903	(667.294)	918.609	1.585.768	(632.362)	953.406	1.585.768	(632.362)

Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(343)	186	3,22	529	(326)	203
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.543)	6.017	2,44	17.560	(11.208)	6.352
	18.089	(11.886)	6.203	18.089	(11.534)	6.555	18.089	(11.534)

Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(23)	70	12,24	93	(11)	82
Máquinas e equipamentos	11,45	1.360	(1.049)	311	11,45	1.359	(955)	404
Veículos	14,29	1.089	(732)	357	14,29	703	(648)	55
Móveis e utensílios	8,34	1.067	(456)	611	8,46	1.036	(374)	662
	3.609	(2.260)	1.349	3.191	(1.988)	1.203	3.191	(1.988)

Total do Imobilizado em serviço	1.607.601	(681.440)	926.161	1.607.048	(645.884)	961.164	1.607.048	(645.884)
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	13,66	1.875	(615)	1.260	10,89	2.485	(397)	2.088
Veículos	20,00	255	(51)	204				-
Total Ativos de direito de uso	2.130	(666)	1.464	2.485	(397)	2.088	2.485	(397)

Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 22.1.1.1)	13,138		13,138		13,138		13,138	
Outros	12,552		12,552		7,155		7,155	
Administração	746		746		435		435	
Total do Imobilizado em curso	26.436	-	26.436	-	20.728	-	20.728	-
Total do Imobilizado	1.636.167	(682.106)	954.061	1.630.261	(646.281)	983.980	1.630.261	(646.281)

15.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da controlada da Companhia localizada em Palmas; e (ii) à sede da Companhia e à filial da controlada localizadas em São Paulo.

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

15.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora							
	Valor líquido em	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em	Valor líquido em	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em
	31/12/2022			31/12/2021	31/12/2022			31/12/2021
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	788	47	(74)	761	788	47	(74)	761
Total do Imobilizado	788	47	(74)	761	788	47	(74)	761

	Consolidado							
	Valor líquido em	Transfe- rências	Depre- ciações	Reclassificação	Valor líquido em	Transfe- rências	Depre- ciações	Reclassificação
	Nota	31/12/2021	Ingressos	Reversão	Nota	31/12/2021	Ingressos	Reversão

Imobilizado em serviço							
Terrenos		117.759					117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		432.893		(13.920)			418.973
Edificações, obras civis e benfeitorias		185.295		(7.480)			177.815
Máquinas e equipamentos		223.726		(13.856)			209.870
Veículos		142		385 (130)			397
Móveis e utensílios		1.349		167 (169)			1.347
Total do Imobilizado em serviço		961.164	-	552 (35.555)	-	-	926.161
Ativos de direito de uso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.088	103	(218)		(713)	1.260
Veículos		-	255	(51)			204
Total Ativos de direito de uso		2.088	358	- (269)	-	- (713)	1.464
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	15.2.1	6.122	5.986	(1)		181	12.288
A ratear		570		(167)	(10)	7	400
Depósitos judiciais	22.1.1.1	13.138					13.138
Outros		898	251	(385)		(154)	610
Total do Imobilizado em curso		20.728	6.237	(552)	- (11)	34	- 26.436
Total do Imobilizado		983.980	6.595	- (35.824)	(11)	34 (713)	954.061

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Debêntures
18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado					
										31/12/2022		31/12/2021		Total	Total
										Encargos Circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Principal Não circulante		
Moeda Nacional															
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral	-		667	100.000		100.667
(-) Custos de emissão				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal	-			(78)		(78)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral	-		836	50.000		50.836
(-) Custos de emissão				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal	-			(41)		(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	901	150.000	150.901	702	150.000	150.702
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal	(296)	(296)			(493)	(493)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	4.327	200.000	204.327			-
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal		(494)	(494)			-
Total geral										5.228	349.210	354.438	2.205	149.881	149.507 301.593

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

18.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Debêntures						
Principal	150.000		(150.000)			-
Juros	2.205		(53.453)	56.476		5.228
Custo de transação	(119)			(333)	452	-
	152.086	-	(203.453)	56.476	(333)	452
Não circulante						
Debêntures						
Principal	150.000	200.000				350.000
Custo de transação	(493)	(630)		333	(790)	
	149.507	199.370	-	-	333	349.210

18.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado	
	Vencimento	
Circulante		
2023		5.228
		5.228
Não circulante		
2024		149.704
2025		199.506
		349.210
Total		354.438

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) pedido de autotfalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
 - (iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
 - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
 - (vii) rescisão, caducidade, encampação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
 - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Específicas para a 2ª e 3ª emissões:
 - (i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) for previamente autorizada por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido assegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;
 - (ii) descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos; e
 - (iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.
- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
 - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação àquelas relacionadas à Legislação Sociambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
 - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
 - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
- Específicas para a 6ª emissão:
 - (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
 - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto (a) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
 - (iii) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se, cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000, de forma individual ou agregada, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores à respectiva venda, cessão, locação ou alienação, e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
 - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
 - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao montante total de R\$100.000, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Característica	Forma de pagamento	Consolidado				31/12/2021			
			31/12/2022		Principal		Encargos		Principal	
			Encargos Circulante	Não circulante	Encargos Circulante	Não circulante	Encargos Circulante	Não circulante	Encargos Circulante	Não circulante
Moeda nacional										
	Ações anuais e preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão								
Ações recebíveis cumulativa (v)			10.879	29.310	62.768	102.957	3.705	31.112	57.744	92.561
Total			10.879	29.310	62.768	102.957	3.705	31.112	57.744	92.561

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$102.957 (R\$92.561 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido a suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados (Nota 19.2.1)	Transfe-rências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Juros	3.705	(7.451)	10.287	4.720		10.879
	3.705	(7.451)	10.287	4.720	-	10.879
Não circulante						
Principal	57.744				5.024	62.768
Juros	31.112			(4.720)	382	29.310
	88.856	-	-	(4.720)	7.560	92.078

19.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 26).

19.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado	
	Vencimento	
Circulante		
2023		10.879
		10.879
Não circulante		
2024		3.989
2025		3.671
2026		3.377
2027		2.835
2028 até 2033		78.206
		92.078
Total		102.957

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantêm plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Consolidado			
Circulante		Não circulante	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
44	50	1.121	1.284
44	50	1.121	1.284

Assistência médica - Lei nº 9.656/98

20.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2021 atendiam a essa condição. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

	Consolidado	
	Valor presente das obrigações do plano	
	Nota	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(1.334)
Custo do serviço corrente		(59)
Custo dos juros	26	(119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		347
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(1.165)

20.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enrerpre, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$325 (R\$303 em 2021). Esses planos em 31 de dezembro de 2022 tem a adesão de 47 colaboradores (53 em 31 de dezembro de 2021).

21

21.0 Uso do bem público - BUP
Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o BUP, até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do BUP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Ingressos	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Uso do bem público	7.727		(52)	(256)	(7.796)	8.601
	7.727	-	(52)	(256)	(7.796)	8.601
Não cirulante						
Uso do bem público	58.370	11.728	2.316	4.765		(8.601)
	58.370	11.728	2.316	4.765	-	(8.601)

22 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Provisões cíveis e fiscais	22.1	479	450	16.792
Licenças ambientais	22.2		6.434	6.424
Total		479	450	6.424

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Controladora					
		Passivo				Ativo	
		Saldo em	Adições	Pagamentos	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial
		31/12/2021			monetária	31/12/2022	(Nota 13)
Fiscais		436	3	(9)	35	465	257
Outros		14				14	257
Total Não circulante		450	3	(9)	35	479	257
		Consolidado					
		Passivo				Ativo	
		Saldo em		Baixas	Atualização	Saldo em	Depósito Judicial
		31/12/2021	Adições	Pagamentos	monetária	31/12/2022	(Nota 13)
Cíveis		15.281	1.143	(3.708)	3.117	15.833	223
Fiscais		436	3	(9)	35	465	257
Outros		597	116	(133)	(86)	494	214
Total Não circulante		16.314	1.262	(3.850)	(86)	16.792	480

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco. Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.592 (R\$1.675 em 2021). A totalidade destes montantes nos exercícios referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	
Circulante	6.424	(5.592)	424	5.154	24	6.434
Não circulante	6.247		290	(5.154)	608	1.991
Total	12.671	(5.592)	714	-	632	8.425

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.868. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"		% Participação	Quantidade de ações "PNA"		% Participação	Quantidade de ações "PNB"		% Participação	Quantidade Total de ações		% Participação total
	113.690.037	100,00%		81.549.616	100,00%		8.278.231	100,00%		113.690.037	55,86%	
EDP - Energias do Brasil												
Governo do Estado de Tocantins												
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras												
Outros	4	0,00%		4	0,00%		8	0,00%		8	0,00%	
Total	113.690.041	100,00%		81.549.620	100,00%		8.278.231	100,00%		203.517.892	100,00%	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido apurado no exercício		310.826	377.077
		310.826	377.077

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	11	32.583	22.864
Dividendos intermediários	11		94.000
Dividendos complementares	11	144.025	110.519
Partes beneficiárias	23.3.1	31.082	37.708
Lucro do exercício a deliberar	23.3	103.136	111.886

Dividendos por ação PNA - JSCP			
Dividendos por ação PNB - JSCP			
Dividendos por ação ON - JSCP			
Dividendos intermediários PNA			
Dividendos intermediários PNB			
Dividendos intermediários ON			

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

23.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	23.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	23.3.2	127.827	127.827
		579.203	579.203

Reservas de lucros			
Legal		1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	23.3.3	103.136	111.986
Total		104.508	113.358
		683.711	692.561

23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras. O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia nas ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, procedendo desta forma desde o exercício de 2019.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.3.1).

23.3.3 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$111.986 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2022.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora			Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021	
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	303	167		470
	303	167		470

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada é atendida são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e reconhecida em base mensal conforme os contratos de arrendamento.

Nota	Controladora				Consolidado			
	MWh		R\$		MWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	24.1	3.110.011	3.470.531	804.800	771.560	3.144.837	3.505.314	815.584
Energia de curto prazo		32.710		11.951	6.941	35.836	823	12.281
Arrendamentos e aluguéis	7							62.608
Outras receitas operacionais				38.092	36.752			35.119
Receita operacional bruta		3.142.721	3.470.531	854.843	815.253	3.180.673	3.506.137	929.459
(-) Deduções à receita operacional								860.393
Tributos sobre a receita PIS/COFINS				(79.073)	(75.411)			(85.975)
P&D				(6.972)	(6.732)			(7.059)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(16.611)	(14.720)			(16.841)
Outros encargos				(2.229)	(2.153)			(2.259)
		-	-	(104.885)	(99.016)	-	-	(112.134)
Receitas		3.142.721	3.470.531	749.958	716.237	3.180.673	3.506.137	817.325
								757.362

24.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício mesmo com a diminuição do volume de energia vendida, quando comparada ao ano anterior, porém valorada a um preço médio maior devido ao reajuste anual dos contratos de venda.

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	75.399				75.399	75.399	
Encargos de uso da rede elétrica		58.629				58.629	58.629	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				888	1.985	2.873		
Material					13	13		
Serviços de terceiros	25.3			115	1.083	1.198		
Depreciação - Ativos de direito de uso					74	74		
Amortização					44.661	44.661		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					3	3		
Arrendamentos e aluguéis	17.1			153.595	38	153.633		
Outras		294			105	399		
Total		134.322	154.598	47.959	3	336.882		

Energia elétrica comprada para revenda	
Encargos de uso da rede elétrica	
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	
Material	
Serviços de terceiros	
Depreciação - Ativos de direito de uso	
Amortização	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	
Arrendamentos e aluguéis	
Outras	
Total	

Nota	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Com energia elétrica	De operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativas
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	75.463			75.463	75.463		
Encargos de uso da rede elétrica		52.573			52.573	52.573		
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.4	(3.269)			(3.269)	(3.269)		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			6.455		6.455	6.455		
Material			13		1.030	1.030		
Serviços de terceiros	25.3		5.026		12.777	12.777		
Depreciação - Imobilizado em serviço			111		35.285	35.285		
Depreciação - Ativos de direito de uso			258		258	258		
Amortização			44.950		50.388	50.388		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			33		33	33		
Arrendamentos e aluguéis		298	83	153	236	236		
Outras		337	1.289		1.924	1.924		
Total		131.932	64.533	58.255	33	254.753		

Nota	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Com energia elétrica	De operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Despesas Operacionais Gerais e administrativas
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	102.050			102.050	102.050		
Encargos de uso da rede elétrica		52.573			52.573	52.573		
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.4	(135.476)			(135.476)	(135.476)		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			7.290		20.366	20.366		
Material			302		1.219	1.219		
Serviços de terceiros	25.3		3.858		10.803	10.803		
Depreciação - Imobilizado em serviço			141		35.407	35.407		
Depreciação - Ativos de direito de uso			480		480	480		
Amortização			39.201		42.608	42.608		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			151	321	472	472		
Arrendamentos e aluguéis		520	117		637	637		
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(19)	(19)		
Outras		316	331	2.068	95	2.810		
Total		19.463	60.462	53.608	397	133.930		

...continuação

Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Resultado por classe		Resultado por classe
	de ações (sem ajustes)	Ajustes	de ações
2021			
Ordinárias (ON)	210.644	(33.740)	176.904
Preferenciais Classe "A" (PNA)	151.095	36.198	187.293
Preferenciais Classe "B" (PNB)	15.338	(2.458)	12.880
	377.077	-	377.077
2022			
Ordinárias (ON)	173.635	(27.813)	145.822
Preferenciais Classe "A" (PNA)	124.548	29.838	154.386
Preferenciais Classe "B" (PNB)	12.643	(2.025)	10.618
	310.826	-	310.826

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou do registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

	Nota	Níveis	Controladora	
			Valor justo	Valor contábil
			31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras		Nível 2	92.297	34.833
			92.297	34.833
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento		Nível 2	1.613	2.626
Títulos a receber	6	Nível 2	8.876	8.876
Concessionárias	5	Nível 2	74.115	76.898
			84.604	87.705
			176.901	122.538
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	17	Nível 2	28.166	21.067
Debêntures	18	Nível 2	355.495	300.843
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	432	785
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	958	936
			385.051	323.620
			383.972	324.371
			Consolidado	
			Valor justo	Valor contábil
			31/12/2022	31/12/2021

	Nota	Níveis	Controladora	
			Valor justo	Valor contábil
			31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Aplicações financeiras		Nível 2	326.107	164.344
			326.107	164.344
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4			
Bancos conta movimento		Nível 2	23.547	3.545
Concessionárias	5	Nível 2	75.232	77.838
Rendas a receber	7	Nível 2	5.217	2.927
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2		25
			103.996	84.335
			430.103	248.679
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	17	Nível 2	20.146	17.271
Debêntures	18	Nível 2	355.495	300.843
Uso do bem público	21	Nível 2	71.042	62.639
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			
Moeda nacional		Nível 2	100.960	101.325
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	921	1.782
Licenças ambientais	22.2	Nível 2	10.586	12.793
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	1.953	2.392
			561.103	499.045
			565.575	494.367

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, Empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(v) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(vi) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

29.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas-de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Risco, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência na Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha-de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 18, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da	Até 1	2 a 5		Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do
Operação	Risco	exposição	ano	anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	92.297	12.140	-	12.140	3.028	6.054	(3.031)	(6.064)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	92.297	12.140	-	12.140	3.028	6.054	(3.031)	(6.064)
Debêntures	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
		(262.931)	(37.026)	(37.434)	(74.460)	(15.299)	(30.623)	16.130	32.257
Consolidado									
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da	Até 1	2 a 5		Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do
Operação	Risco	exposição	ano	anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	326.107	28.085	-	28.085	6.922	13.810	(6.960)	(13.959)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	326.107	28.085	-	28.085	6.922	13.810	(6.960)	(13.959)
Debêntures	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(355.228)	(49.166)	(37.434)	(86.600)	(18.327)	(36.677)	19.161	38.321
		(29.121)	(21.081)	(37.434)	(58.515)	(11.405)	(22.867)	12.200	24.362

...continuação

		Controladora				
		Efeito não caixa				
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Saldo em
		31/12/2020	caixa	presente	baixas	31/12/2021
					Outros	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber						
		7.977	(521)		725	8.181
		7.977	(521)	-	725	8.181
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos						
		175.162	(358.447)		313.238	37.708
		300.310	(17.875)		19.158	301.593
		114	(133)	80	865	926
		475.586	(376.455)	80	333.261	37.708
						470.180
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)						
		467.609	(375.934)	80	332.536	37.708
						461.999
		Consolidado				
		Efeito não caixa				
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Saldo em
		31/12/2021	caixa	presente	baixas	31/12/2022
					Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos						
		11	174.186	(285.512)	296.633	31.082
		18	301.593	(4.083)	56.928	354.438
		19	92.561	(7.579)	7.688	10.287
			2.393	(386)	234	(355)
						1.886
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento)						
		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082
						675.670
		Consolidado				
		Efeito não caixa				
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Saldo em
		31/12/2020	caixa	presente	baixas	31/12/2021
					Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos						
			182.995	(365.705)	319.188	37.708
			300.310	(17.875)	19.158	174.186
			90.614	(7.086)	7.361	1.886
			394	(396)	223	2.393
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento)						
		574.313	(391.062)	7.584	342.190	37.708
						570.733

30.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC Q3 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		34.942	10.102		
Constituição de dividendos e JSCP a receber		256.011	167.661	338.842	356.903
Constituição de dividendos e JSCP a pagar				11.728	
Constituição do Uso do Bem Público no Intangível		47	865	(355)	2.172
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado					
Total		291.000	178.628	350.215	359.075

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

		Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
		2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais		117.311	210.973	179.370	326.537	834.191	883.040
Obrigações de compra							
Compra de Energia						-	34.325
Materiais e serviços		5.341	1.881	527	512	8.261	11.360
Prêmio de risco - GSF					25.159	25.159	24.230
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		49.166	34.538			83.704	54.257
		171.818	247.392	179.897	352.208	951.315	1.007.212

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Conselheiro	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Jonatan Ross Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Marcello Nascimento Cabral da Costa Conselheiro
--	--	-----------------------------	--	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente e Diretor Executivo	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor Técnico	Luiz Felipe Falcone de Souza Diretor	Alankardek Ferreira Moreira Diretor
---	--	---	--

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lajeado Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Consulte as notas explicativas 1.1, 05 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. O reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica é realizado da seguinte forma : (i) Contratos de Ambiente ACL - o reconhecimento da receita é realizado com base na energia assegurada, bem como nos preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento; (ii) Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia, e (ii) Energia de curto prazo - A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber, no momento em que o excedente de energia é gerado, após a alocação de energia no MRE, e, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde ao fator entre o volume de energia liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD).

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é um assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia gerada, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento de receita;
- Validação do cálculo da receita dos contratos comercializados no ambiente ACL, por meio do confronto do volume de energia liquidado fisicamente, suportados pelas informações disponibilizadas na CCEE e os preços contratuais pré estabelecidos;
- Recálculo do valor reconhecido no resultado do exercício referente a Receita de Curto Prazo por meio dos relatórios CCEE de liquidação de excedente de energia ao PLD;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da receita de suprimento de energia elétrica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigações de compra

Compra de Energia

Materiais e serviços

Prêmio de risco - GSF

Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	31/12/2021
	20.137	12.027	3.546	737	36.447	33.675
				25.605	25.605	24.660
	49.166	34.538			83.704	54.257
	69.303	46.565	3.546	26.342	145.756	149.599

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

		Controladora				
		Efeito não caixa				
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Saldo em
		31/12/2021	caixa	presente	baixas	31/12/2022
					Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos						
		11	174.186	(285.512)	296.633	31.082
		18	301.593	(4.083)	56.928	354.438
		19	92.561	(7.579)	7.688	10.287
			2.393	(386)	234	(355)
						1.886
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento)						
		570.733	(297.560)	7.922	363.493	31.082
						675.670
		Consolidado				
		Efeito não caixa				
		Saldo em	Efeito	Ajuste a valor	Adições/	Saldo em
		31/12/2020	caixa	presente	baixas	31/12/2021
					Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos						
			182.995	(365.705)	319.188	37.708
			300.310	(17.875)	19.158	174.186
			90.614	(7.086)	7.361	1.886
			394	(396)	223	2.393
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento)						
		574.313	(391.062)	7.584	342.190	37.708
						570.733

	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	35.336
Materiais e serviços	19.441	12.771	4.378	1.102	37.692	34.649
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	50.050	48.625			98.675	49.636
	69.491	61.396	4.378	51.153	186.418	169.672